

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE CHEFIA DE GABINETE

Praça Raul Gomes de Abreu, 200 - Centro - Piedade - SP CEP. 18.170-000 - Caixa Postal 243 Telefone (15) 3244-8400 E-mail: gabinete@piedade.sp.gov.br

Of. SEG. nº 114/2020

Piedade, 09 de outubro de 2020.

Senhor Presidente:

Temos a honra de submeter à elevada apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal o Projeto de Lei nº 36/2020, que dispõe sobre a dilação/diferimento do pagamento do preço público de uso cobrada na CEABASP (Central de Abastecimento Municipal), nesta municipalidade, dos permissionários e usuários desse estabelecimento para fins de comercialização de seus produtos. para o período de março a agosto de 2020, em razão da pandemia decorrente do COVID-19.

Assim, solicitamos a apreciação do presente projeto de lei, na forma do artigo 42, §1º da Lei Orgânica do Município - LOM, de 05 de abril de 1990.

Valemo-nos do ensejo para renovar a Vossa Excelência, assim como aos nobres dignos Vereadores, que honram e dignificam esta Egrégia Casa Legislativa, a nossa manifestação de elevado apreço e consideração.

Atenciosamente,

Prefeito Municipal.

Exmo. Sr. Daniel Dias de Moraes. D.D Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Piedade



PREFEÎTURA MUNICIPAL DE PIEDADE CHEFIA DE GABINETE

Praça Raul Gomes de Abreu, 200 - Centro - Piedade - SP CEP. 18.170-000 - Caixa Postal 243 Telefone (15) 3244-8400 E-mail: gabinete@piedade.sp.gov.br

MENSAGEM PROJETO DE LEI 36/2020

Tendo em vista a indicação nº 9/2020 do Vereador Alex Pinheiro da Silva, o presente projeto de lei tem por objetivo conceder dilação/diferimento do pagamento do preço público cobrado pela cessão de uso no CEABASP, referente ao lapso temporal de março a agosto deste ano, para serem pagos até o mês de dezembro do presente exercício financeiro.

Cumpre destacar, que o governo federal adotou medidas de ordem econômica e fiscal com o intuito de aliviar cidadãos e pessoas jurídicas dos impactos dos atos de quarentena no sentido de diferir o pagamento dos tributos federais do Simples Nacional e diminuir alíquotas do IPI e do IOF entre outras e que desde 16 de março de 2020, foram expedidos decretos municipais que serviram ou para a decretação ou para manutenção do estado de emergência e, posteriormente, de calamidade, diante da Pandemia do COVID-19.

Salientamos que, o artigo 14 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) determina que a renúncia a eventual receita fiscal deve ser estimada na receita da lei orçamentária demonstrando que não afetará as metas fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias e deve estar acompanhada de medidas de compensação, diante das medidas emergenciais e dos gastos extraordinários e imprevistos que estão sendo feitos por conta da Pandemia do COVID-19, não é possível adotar a medida de renúncia fiscal dos tributos municipais, incluindo impostos, taxas ou eventuais contribuições de melhoria, ou de outras receitas originárias como é o caso do pagamento de preço público cobrado dos permissionários que utilizam o espaço do CEABASP, por não haver a estimativa na lei de diretrizes orçamentárias

Assim solicitamos a análise por essa E. Casa de Leis, levando à discussão à Vossa Procuradoria Jurídica, Comissões e Plenário.

Prefeitura Municipal de Piedade, em 09 de outubro de 2020.

José de Taded de Resende

Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE CHEFIA DE GABINETE

Praça Raul Gomes de Abreu, 200 - Centro - Piedade - SP CEP. 18,170-000 - Caixa Postal 243 Telefone (15) 3244-8400 E-mail: gabinete@pledade.sp.gov.br

PROJETO DE LEI N.º 36 de 2020

"Dispõe sobre a dilação/diferimento do pagamento do preço público de cessão de uso cobrada na CEABASP (Central de Abastecimento Municipal), nesta municipalidade, dos permissionários e usuários desse estabelecimento para fins de comercialização de seus produtos, para o período de março a agosto de 2020, em razão da pandemia decorrente do COVID-19, conforme especificações abaixo indicadas."

Considerando a Indicação nº 9/2020 do Vereador Alex Pinheiro da Silva do PTB, anexa ao presente projeto de lei;

Considerando a Pandemia de COVID-19 e as medidas emergenciais de quarentena que foram adotados no período de março a setembro deste ano;

Considerando a crise econômica, que ainda está ocorrendo diante dessas ações governamentais essenciais empreendidas para se evitar a disseminação do COVID-19;

Considerando as medidas de ordem econômica e fiscal que o governo federal adotou para aliviar cidadãos e pessoas jurídicas dos impactos dos atos de quarentena no sentido de diferir o pagamento dos tributos federais do Simples Nacional e diminuir alíquotas do IPI e do IOF entre outras;

Considerando que o artigo 73, § 10, da Lei nº 9.504/97 (Lei Geral das Eleições) não veda a concessão de benefícios, gratuitamente, pelo governo, em época de eleições, quando ocorrerem casos de calamidade pública e emergência;

Considerando que, desde 16 de março de 2020, foram expedidos vários decretos municipais, que serviram ou para a decretação ou para manutenção do estado de emergência e, posteriormente, de calamidade, diante da Pandemia do COVID-19;

Considerando que o artigo 14 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) determina que a renúncia a eventual receita fiscal deve ser estimada na receita da lei orçamentária demonstrando que não afetará as metas fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias e deve estar acompanhada de medidas de compensação;

Considerando que, diante das medidas emergenciais e dos gastos extraordinários e imprevistos que estão sendo feitos por conta da Pandemia do COVID-19, não é possível adotar a medida de renúncia fiscal dos tributos municipais, incluindo impostos, taxas ou eventuais contribuições de melhoria, ou de outras receitas originárias como é o caso do pagamento de preço público cobrado dos permissionários que utilizam o espaço do CEABASP, por não haver a estimativa na lei de diretrizes orçamentárias e tampouco haver formas, neste momento, de propor medidas de compensação dessa renúncia;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE CHEFIA DE GABINETE

Praça Raul Gomes de Abreu, 200 - Centro - Piedade - SP CEP. 18.170-000 - Caixa Postal 243 Telefone (15) 3244-8400 E-mail: gabinete@piedade.sp.gov.br

Considerando que foi promulgada a Lei Municipal nº 4632, de 27 de abril de 2020, concedendo moratória para os ISSQN e para o IPTU para os meses de março a maio do presente ano;

Considerando que a dilação de prazo para cobrança de preço público de cessão de uso pelos permissionários do CEABASP mostra-se uma medida similar à adotada com relação aos impostos já salientados e serve para incentivar a continuidade das atividades econômicas de tais usuários em um momento de menor demanda de serviços e de produtos.

José Tadeu de Resende, Prefeito Municipal de Piedade, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal de Piedade aprova, e ele promulga e sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Deve ser concedida dilação/diferimento do pagamento do preço público cobrado pela cessão de uso do CEABASP, referente ao lapso temporal de março a agosto deste ano, para serem pagos até o mês de dezembro do presente exercício financeiro.

Art. 2º - Tendo-se em vista que a indicação e tramitação burocrática do pedido de projeto de lei de diferimento do pagamento do preço público foram finalizadas, junto ao Poder Executivo, desta municipalidade, em setembro deste ano, e o pagamento do referido preço público é efetuado no mês subsequente ao do efetivo uso do espaço em tela, os meses de outubro a dezembro, deste exercício fiscal, devem ser processados e emitidos os respectivos pagamentos para os vencimentos pertinentes a esses três últimos meses ,desta gestão municipal, normalmente.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Piedade, em 09 de outubro de 2020.

Prefeito Municipal